

Temporalidade e representações sociais: Estabilidade e dinâmica dos elementos ativados pelo regime militar brasileiro

Rafael Pecly Wolter¹, João Fernando Rech Wachelke²,
Celso Pereira de Sa³, Aline Passeri Dias⁴
e Denis Giovanni Monteiro Naiff⁵

Temporality and social representations: Stability and dynamic of elements activated by the Brazilian military regime

Abstract

The structural approach of social representations considers that a social representation is composed of cognems with different *status*: central and peripheral. All perspectives sustain that the representations' phenomenon is historic and linked to temporality. It

1 Possui graduação em psicologia pela universidade de Paris V (Rene Descartes) (2004) e “master recherche” em Psicologia Social pela universidade de Paris V (Rene Descartes) (2005). Doutor em psicologia pela Université Paris Descartes, PARIS V, França . Pós-doutor em psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É atualmente professor adjunto na UNIVERSO e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. E-mail: rafaelpeclywolter@gmail.com

2 Professor adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, líder do laboratório e grupo de pesquisa ECLIPSE (Laboratório Interinstitucional de Psicologia Societal - UFU/UERJ/UFES/UFRGS) e pesquisador colaborador do LACCOS-UFSC (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição). Doutor em Psicologia Social e da Personalidade pela Università degli studi di Padova, Mestre e Psicólogo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: wachelke@yahoo.com

3 Psicólogo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (1971), Mestre (1978) e Doutor em Psicologia (1985), pela Fundação Getúlio Vargas, com pós-doutorado na Université de Provence (1996). Atualmente, é professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na UERJ. Email: as.celso@gmail.com

4 Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na UERJ. Atualmente trabalha como secretária da revista Psicologia e Saber Social, publicada pela UERJ sob a responsabilidade editorial do Laboratório de Memória e Representações Sociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Email: alinepasseri@gmail.com

5 Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília (1996), mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é Professor Adjunto II da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: dnaiff@oi.com.br

seems to us that such temporality, both synchronic and diachronic, may operate as a criterion to distinguish central from peripheral elements, since the former are more stable than the latter by definition. In this work we present a study about the representation of the Brazilian Military Regime among young people ($N = 295$) that employed different techniques to distinguish central and peripheral elements (basic cognitive schemes and prototypical analysis). The results of the study are compared with previous research about the same object. The comparison of the results shows that only three cognems (censorship, dictatorship and repression) keep their central *status* regardless of the technique and moment. As a conclusion, we discuss the pertinence of diachronic and inter-technique comparisons to study the representational structure.

Keywords: structure; temporality; stability; social representations; central core

Resumo

A abordagem estrutural das representações sociais considera que uma representação social é composta por cognemas de diferentes *status*: central e periférico. Todas as abordagens consideram que o fenômeno das representações é histórico e ligado à temporalidade. Parece-nos que esta temporalidade, tanto sincrônica quanto diacrônica, pode servir como critério para distinguir os elementos centrais dos periféricos já que os primeiros são, por definição, mais estáveis que os segundos. Neste trabalho apresentamos uma pesquisa sobre a representação do Regime Militar brasileiro entre jovens ($N = 295$) que utilizou diferentes técnicas para distinguir os elementos centrais dos periféricos (os esquemas cognitivos de base e análise prototípica). Os resultados desta pesquisa são comparados com as pesquisas precedentes sobre o mesmo objeto. A comparação dos resultados mostra que somente três cognemas (censura, ditadura e repressão) se mantêm como centrais independentemente da técnica e do momento, o que nos leva a discutir a pertinência de comparações diacrônicas e intertécnicas para se estudar a estrutura representacional.

Palavras-chave: estrutura; temporalidade; estabilidade; representações sociais; núcleo central

Este artigo visa investigar as relações entre a temporalidade e a estabilidade de elementos representacionais tendo como objeto o Regime Militar brasileiro. É comum no campo das representações sociais afirmar que o conhecimento socialmente compartilhado é histórico (Jodelet, 1989; Rouquette, 1994). Dentro da abordagem

estrutural esta afirmação também é frequentemente citada, Rouquette (1994), por exemplo, sempre descreveu a representação social como sendo histórica e passando por estados: estado prévio, atual e posterior. Todo estado presente da representação, para um determinado grupo e objeto, é necessariamente o fruto do passado desta. Da mesma forma há uma ligação entre o estado presente e o devir da representação de um objeto para um grupo. É por isso que podemos afirmar que o estado atual do pensamento do grupo sobre o passado é herdado, da mesma forma que a futura forma de se pensar será influenciada pela presente concepção do objeto.

O REGIME MILITAR NO BRASIL E SEUS ESTUDOS NO CAMPO DO PENSAMENTO SOCIAL

No campo do pensamento social, alguns estudos já abordaram o período do regime militar no Brasil. Entre eles, o trabalho de Sá, Castro, Moller, Perez e Bezerra (2008) acerca da memória histórica do regime militar, mostrou que a memória acerca do período é construída não apenas por lembranças de fatos passados, mas também por experiências pessoais e grupais. Outra pesquisa, de Gianordoli-Nascimento, Veloso, Silva, Cruz e Oliveira (2012), trata da construção da memória histórica do período a partir das narrativas de familiares de presos políticos.

SOBRE A REPRESENTAÇÃO E SUA ESTRUTURA

A representação social (RS) pode ser compreendida como uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p. 36). Esta forma de conhecimento é composta por cognemas que se relacionam entre si. Segundo Codol (1969) cognema é o elemento cognitivo básico, em outros termos, a menor unidade possível da cognição, independentemente da abordagem teórica escolhida. A partir desta noção de elemento cognitivo ou cognema, Flament e Rouquette (2003) descreveram operacionalmente uma representação social como “conjunto de elementos cognitivos ligados por relações. Estes elementos e estas relações encontram-se atestados em determinados grupos” (2003, p. 13). Se consideramos que a representação social forma um conjunto estruturado, devemos então concebê-la como um conjunto de cognemas ligados por relações e que formam uma totalidade. A RS forma uma totalidade, no sentido de Piaget,

onde os elementos que compõem a estrutura são subordinados às leis do sistema. Estas “leis de composição não se reduzem a associações cumulativas, mas conferem propriedades de conjunto ao todo que são distintas das propriedades dos elementos” (Piaget, 1968, p. 8). Este todo possui um sistema de autoregulação que faz com que as transformações internas ao todo, à representação, criem somente elementos que pertençam à estrutura. Segundo Piaget (1968) sem esta noção de transformação, a estrutura seria um sistema estático e sem interesse explicativo. Sem a noção de transformação, toda formalização poderia ser considerada como “estruturalista”. Em suma:

uma estrutura é um sistema de transformações, que como sistema é composto por leis (em oposição às propriedades dos elementos), e que conserva ou se enriquece pelo jogo de transformações, sem que estas levem para fora de suas fronteiras ou usem elementos externos. Em uma palavra, uma estrutura possui três características; totalidade, transformação e auto-regulação. (Piaget, 1968, p. 7)

Segundo a formulação clássica da teoria do núcleo central, os cognemas da RS podem se dividir por seu *status* estrutural (Abric, 1994; Sá, 1996): existem elementos centrais e outros periféricos. Os elementos centrais são estáveis e consensuais, além de possuírem um caráter absoluto e não negociável (Flament, 1994; Sá, 1996). Por sua vez, os elementos periféricos são maleáveis e negociáveis e servem para uma adequação da representação social às contingências. Os elementos periféricos e centrais não sofrem da mesma forma a influência do tempo, até mesmo pelo fato de os primeiros protegerem os últimos. Há desenvolvimentos teóricos que vêm propondo a noção de que há subdivisões e funções diferenciadas em elementos do núcleo central (Rateau, 1995) e mesmo do sistema periférico (Lheureux, Rateau, & Guimelli, 2008); ou então que questionam a divisão binária entre núcleo e periferia e propõem uma única propriedade contínua de *status* estrutural (Wachelke, 2013a). Porém, no presente trabalho, será empregada como referência a teoria clássica.

SOBRE A REPRESENTAÇÃO E O TEMPO: O ASPETO DIACRÔNICO

Desde sua elaboração teórica por Serge Moscovici, a representação social é concebida como tratando de um fenômeno sócio-histórico. Toda representação é ligada ao passado das sociedades e especificamente, ao passado dos grupos e do objeto em questão. Por exemplo, a representação de operários do ABC paulista acerca do trabalho é intimamente ligada tanto à história deste grupo quanto à história do

trabalho na sociedade brasileira. Portanto a influência do passado na representação atual de um grupo pode se subdividir em pelo menos três fatores⁶:

1. A influência da história do grupo;
2. A influência da história do objeto;
3. A influência da relação histórica entre o objeto e o grupo.

Este primeiro tipo de influência, da história do grupo sobre a RS de determinados objetos, já pôde ser encontrado no estudo *princeps* de Serge Moscovici. As atitudes e representações de comunistas franceses dos anos cinquenta acerca da psicanálise eram intimamente ligadas ao passado de luta política deste grupo (culminando com os grupos de resistência ao nazismo durante a Segunda Guerra Mundial). Não é de se espantar que este grupo tenha uma rejeição e represente a psicanálise como uma terapia burguesa. O segundo tipo de influência também é clássico no campo das RS; ao se estudar uma dada representação o pesquisador pode focar na história do objeto em questão. Este segundo ponto pode ser ilustrado por alguns estudos acerca da RS da AIDS (Oliveira, 2013) onde, para compreender o pensamento de profissionais da saúde, a autora se interessou pela evolução e pelas características da epidemia. Por último, é possível se interessar pela relação histórica de um grupo em relação ao objeto. Jodelet (1989) ilustra bem este ponto ao apresentar o histórico do acolhimento dos doentes mentais em Ainay-le-Château por parte dos habitantes, os albergantes. Em outras palavras, ela apresenta a interação entre os habitantes e os doentes mentais durante o século XX e relaciona estas interações com as representações extraídas na sua pesquisa.

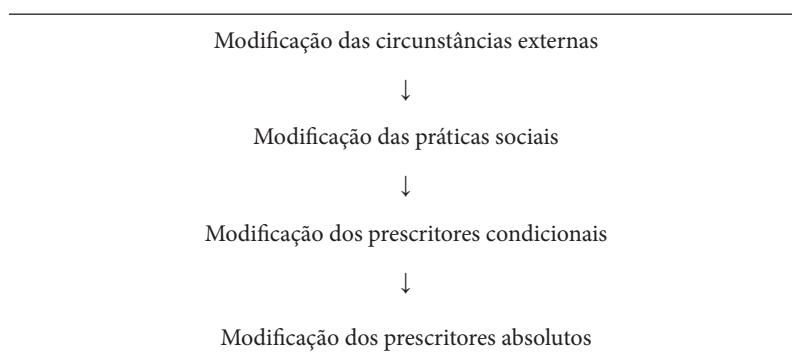
Ao se estudar as representações, podemos também estudar sua evolução diacrônica, em outros termos, sua evolução pois, como afirma Rouquette (1994) toda representação possui um estado anterior, um estado atual e um estado posterior. Um dos objetivos da teoria das RS é compreender o funcionamento desta evolução de estados representacionais. A teoria do núcleo central nos permite um grau maior de precisão na afirmação de Rouquette. Em suma, podemos dizer que uma representação social possui um estado anterior, atual e posterior, e que na passagem de um estado ao outro os elementos periféricos são mais suscetíveis de se alterarem comparativamente aos centrais. Podemos, sem muito medo de nos equivocarmos, afirmar que existe um número limitado de situações onde na mudança de estado o elemento central se modifica (Flament, 1994; Wolter e Sá, 2013). Flament (1994) ao refletir sobre resultados obtidos por inúmeras pesquisas, de entre as quais a de Guimelli (1989, 1994), criou um modelo da mudança representacional. Para ele,

6 Moliner (2001) fala de algo semelhante; no entanto, no seu terceiro ponto ele fala da comunicação ligada ao objeto, no presente.

quando ocorre uma mudança externa às RS pode ser necessário adequar as práticas ao novo cenário. Caso esta mudança de práticas seja incompatível com as representações, pode haver a necessidade de modificar a periferia das representações (com os cognemas prescritivos). Se esta alteração da periferia ainda não for suficiente para “dar conta” do novo cenário e das novas práticas, haverá a necessidade de buscar estratégias e racionalizações (com a utilização de esquemas estranhos conforme a descrição dada por Flament em 1987) para proteger o núcleo central que, em última instância, poderá se modificar caso todas estas etapas sejam cumpridas.

Tabela 1

Esquema acerca da Dinâmica da Mudança Representacional (Flament, 1994)



É possível notar, com o esquema de Flament, que para que a mudança dos prescritores absolutos (e centrais) ocorra é necessário que um longo processo se complete. O núcleo possui diversas defesas, desde a mudança da periferia até ao uso de racionalizações. Por esta razão, nas mudanças de estado representacional, é pouco provável que a alteração afete o sistema central. Em suma, os cognemas centrais possuem uma *estabilidade diacrônica* por se manterem, com o passar do tempo, no mesmo *status* estrutural.

SOBRE A REPRESENTAÇÃO E O CONTEXTO: O ASPETO SINCRÔNICO

Abordamos nos parágrafos precedentes a questão da estabilidade representacional ao longo do tempo, ou estabilidade diacrônica. Podemos, com outro olhar, nos interessar pela segunda face da estabilidade, a sincrônica. Um elemento central, por definição, não é contextual e sim, segundo Abric (1994) e Sá (1996), independente

às contingências. Os trabalhos sobre a representação do grupo ideal (Moliner, 1989; Rateau, 1995) ilustram bem este ponto: igualdade e amizade são necessárias para o reconhecimento do objeto independentemente da situação. Isto traduz o que chamaremos aqui de estabilidade sincrônica, ou seja, em determinado momento, pouco importa o contexto, alguns elementos se mantêm extremamente ativados e absolutos. Enquanto isso, neste mesmo determinado momento, alguns elementos podem, em alguns contextos, ser extremamente ativados e importantes, mas não em outros. Podemos, para ilustrar este ponto, imaginar dez turmas de Psicologia de uma mesma cidade e no mesmo semestre. Na metade dos casos os estudantes têm uma aula prática no Hospital Universitário onde interagem com pacientes HIV positivos em estágio terminal. Na outra metade dos casos, os estudantes têm aulas somente em sala sem visita ao Hospital Universitário. Caso realizássemos um estudo com estes jovens sobre sua RS da AIDS provavelmente teríamos elementos como magreza, sofrimento, medo e doença extremamente ativados em seu pensamento. No entanto, em sala de aula, magreza e sofrimento não são tão ativados enquanto que medo e doença se mantêm extremamente disponíveis ao pensamento destes estudantes. Podemos afirmar, neste exemplo, que medo e doença são elementos com *estabilidade sincrônica* contrariamente aos cognemas sofrimento e magreza. Estes últimos foram ativados contextualmente pelo fato dos estudantes se depararem com pacientes magros e em alto grau de sofrimento. De certa forma, quando estudamos a estrutura da representação com técnicas e questões distintas, artificialmente criamos contextos de resposta distintos. Por esta razão, quando um mesmo elemento representacional, num mesmo momento, é diagnosticado como central por técnicas diferentes, podemos afirmar que este cognema demonstrou uma *estabilidade sincrônica*.

OBJETIVO

Esta pesquisa busca avaliar a estabilidade, *diacrônica e sincrônica*, como indicador da estrutura da representação social. Para isto é necessário, primeiramente, estudar que elementos se mantêm centrais com o passar do tempo. Em seguida é necessário pesquisar quais elementos se mantêm centrais, num dado momento, ou melhor, no momento da pesquisa, independentemente da técnica. No presente caso essa verificação se dará a respeito da representação social de universitários sobre o Regime Militar (RM), período da História brasileira (1964-1985) que já foi estudado como objeto de representação e memória social em pesquisas psicossociais, como as de Sá et al. (2008) e Gianordoli-Nascimento et al. (2012).

MÉTODO

A presente pesquisa consiste num levantamento de dados estruturais dos elementos da representação social do RM a partir de técnicas consolidadas na literatura, e comparação com os de uma pesquisa realizada por Sá e colaboradores (2008) sobre o mesmo objeto, junto a uma amostra de 200 participantes. O levantamento atual foi realizado em 2012.

Participantes

A coleta atual desenrolou-se em duas fases, contando com 55 participantes (41 mulheres e 14 homens. Idade: $M = 21.91$ anos; $DP = 3.78$) na primeira fase que continha somente uma tarefa de evocação livre (cujos resultados serão chamados de análise prototípica 2010 em relação ao ano desta coleta). Na segunda fase 120 participantes (86 mulheres e 34 homens. Idade: $M = 21.98$ anos; $DP = 4.1$) responderam ao questionário de Esquemas Cognitivos de Base (SCB) padrão que estudava relação entre diferentes cognemas representacionais enquanto 120 (84 mulheres e 36 homens. Idade: $M = 22.65$; $DP = 6.21$) responderam ao questionário SCB que estuda a relação entre o objeto e seus cognemas ativados e que contém uma tarefa de evocação livre prototípica (que chamaremos de análise prototípica de 2011, pois os dados foram coletados nesta data). Todos eram estudantes de cursos de ciências humanas e sociais de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro.

Procedimento

A primeira fase serviu para levantar o conteúdo representacional, a segunda fase da pesquisa serviu para se testar, com o teste Lambda extraído do questionário de SCB, a centralidade dos elementos previamente levantados, assim como aplicar novamente um teste de associação livre. Sendo assim, metade dos sujeitos da segunda etapa ($n = 120$) responderam ao questionário com os conectores do SCB para cada um dos candidatos ao NC previamente levantados, a outra metade $n = 120$, respondeu ao teste de associação de palavras e a outras questões como a conectividade entre o regime militar e o que ele ativa (estes dados não se inserem no presente trabalho). Todos os sujeitos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para participar da pesquisa. Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa nas saídas dos elevadores dos diversos andares da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) nos diferentes turnos de aula da universidade (manhã, tarde e noite).

Instrumentos

Evocação livre

Na primeira fase, no levantamento dos elementos representacionais, foi usada a técnica de evocação livre (eram pedidos cinco termos ou expressões) com posterior análise prototípica, isto é, cruzamento de informações de frequência coletiva das respostas e ordem média de evocação a partir de pontos de corte médios obtidos da amostra; considera-se que palavras com alta frequência e baixa ordem de evocação indicam maior probabilidade de pertencerem ao núcleo central (Sá, 1996; Vergès, 1992; Wachelke e Wolter, 2011). A análise prototípica realizada com dados desta primeira fase indicou seis elementos como candidatos ao núcleo central da representação do Regime Militar: rigidez, censura, forças armadas, ditadura, tortura e repressão. Estes resultados são indicados aqui, na parte de métodos, pois serviram para a elaboração do questionário SCB.

A segunda fase utilizou-se, para metade dos participantes, do procedimento padrão ao se usar os Esquemas Cognitivos de Base (Guimelli & Rouquette 1992; Rouquette & Rateau, 1998) para se estudar a estrutura representacional. A outra metade repetiu o que foi feito na primeira fase do estudo.

O modelo esquemas cognitivos de base como teste de centralidade

Uma representação social é sempre a representação de “algo”. Este “algo” é precisamente o objeto de estudo. Geralmente, quando se estuda uma representação, os pesquisadores tentam observar o que os participantes da pesquisa evocam ou têm em mente quando se deparam com o objeto. Várias técnicas existem para estudar o que é ativado pelo objeto, como por exemplo, entrevistas, grupos focais (Marková & Orfali, 2004) ou a técnica de associação livre (Sá, 1996; Vergès, 1992). Alguns autores, como Rouquette e Guimelli, acreditam ser importante não somente verificar o que o objeto ativa na população, mas também o tipo de relação que existe entre o objeto e o elemento ativado (ou evocado). Estes autores propuseram um modelo (Guimelli, 1994; Guimelli & Rouquette, 1992; Rouquette, 1994; Rouquette & Rateau, 1998) que prevê 28 relações possíveis entre o objeto e o elemento ativado. Convém lembrar que este modelo é chamado de esquemas cognitivos de base ou SCB (do

francês Schèmes Cognitifs de Base). Dentro deste modelo, entre dois elementos representacionais existe uma relação que pode se materializar de 28 maneiras. Ou seja, entre dois cognemas representacionais existem 28 conectores possíveis. Seguem-se exemplos de cinco tipos de relação:

- Relação de oposição/ Guerra (cognema 1) é o antônimo de Paz (cognema 2);
- Relação de definição/ Guerra (cognema 1) pode ser definida como um conflito armado (cognema 2);
- Classe que inclui/ Peugeot (cognema 2) é um tipo de carro (cognema 1);
- Classe incluída/ Carro (cognema 1) é um tipo de veículo (cognema 2);
- Relação de utilização/ Motorista (cognema 1) utiliza o carro (cognema 2).

Estes 28 tipos de relação (ou conectores) foram reagrupados em três famílias de conectores, cada uma correspondendo a um registro específico. As três famílias são: prática, com 12 conectores; descrição, com nove conectores; e avaliação, com sete conectores. O reagrupamento em três famílias não ocorreu aleatoriamente, mas foi feito após um estudo correlacional descrito por Rateau (1995) e Rouquette e Rateau (1998). A Tabela 2 apresenta a lista completa dos conectores distribuídos entre as três famílias.

Tabela 2
Operacionalização dos Conectores

Dimensão do conector	Nome dado ao conector pelos autores	Expressão padronizada na linguagem corrente
Descrição	(SYN)	A significa a mesma coisa, tem o mesmo sentido que B
	(DEF)	A pode ser definido como B
	(ANT)	A é o contrário de B
	(TEG)	A faz parte de, é incluído em, é um exemplo de B
	(TES)	A tem como exemplo, como caso particular, compreende, inclui B
	(COL)	A pertence à mesma classe (ou categoria) geral que B
	(COM)	A é um componente, um constituinte de B
	(DEC)	A tem como componente, como constituinte B
	(ART)	A e B são dois constituintes da mesma coisa (do mesmo objeto)

Prática	(OPE)	A faz B
	(TRA)	A tem uma ação sobre B
	(UTI)	A utiliza B
	(ACT)	É B que faz A
	(OBJ)	A é uma ação que tem como objeto, se exerce sobre, se aplica a B
	(UST)	Para fazer A, utiliza-se B
	(FAC)	B é alguém (uma pessoa, uma instituição) que age sobre A
	(MOD)	B designa uma que se pode fazer sobre (a propósito de, no caso de, em relação a) A
	(AOB)	B é um instrumento que se utiliza sobre (a propósito de, no caso de, em relação a) A
	(TIL)	A é utilizado por B
	(OUT)	Utiliza-se A para fazer B
	AOU	A é um instrumento que se pode utilizar para B
Avaliação	(CAR)	A é sempre caracterizado por B
	(FRE)	A é frequentemente caracterizado por B
	(SPE)	A é às vezes, eventualmente, caracterizado por B
	(NOR)	A deve ter a qualidade de B
	(EVA)	A avalia B
	(COS)	A tem como causa, depende de B
	(EFF)	A tem como efeito (conseqüência ou fim), provoca B

A partir do momento em que já se sabe que existem três famílias de conectores, a questão é de saber que conectores são ativados na população estudada. Para isto o procedimento de coleta de dados previsto pelo modelo segue, segundo Guimelli e Rouquette (1992) e apresentado por Sá (1996), três etapas:

- a) *associação contínua*: apresenta-se aos sujeitos uma palavra indutora e se lhes pede para dar o mais rapidamente possível, por escrito, três palavras ou expressões que lhes venham à mente. Obtêm-se assim três respostas R1, R2 e R3.
- b) *justificação das respostas*: para cada uma das respostas R1, R2 e R3, os sujeitos devem em seguida explicitar, por escrito em uma ou duas frases, as razões pelas quais deram suas respostas.
- c) *análise das relações palavra indutora / palavra induzida*: os 28 operadores definidos no modelo são apresentados aos sujeitos sob a forma de expressões padronizadas (a expressão formalizada relativa ao operador é traduzida em linguagem corrente e se torna mais compreensível para o sujeito ingênuo). O sujeito deve então decidir se *sim*, *não*

ou *talvez*, a expressão padronizada é o reflexo da relação que intervém entre a palavra indutora e sua própria resposta. As 28 expressões são apresentadas sucessivamente para R1, R2 e R3. (Guimelli & Rouquette, 1992, p. 198; tradução de Sá, 1996, p. 141)

A partir destas respostas podemos conhecer a proporção de expressões descritivas, práticas e avaliativas escolhidas pelos participantes, o que por sua vez nos dá acesso ao nível de ativação das três respetivas dimensões, em função do objeto e da faixa etária e o *status* do cognema testado. É possível também, conforme descreveremos abaixo, estudar o *status*, central ou periférico, do cognema.

Análise dos dados: análise prototípica e valências dos SCB

A dimensão prática (medida pela Valência Praxis ou Vp) pode ser considerada como em relação direta com as práticas sociais que o sujeito desenvolve em relação ao objeto (Guimelli, 2003), e corresponde ao registro funcional das cognições. Ainda segundo Guimelli, a dimensão avaliativa (medida pela Valência Avaliativa ou Va) é ligada aos valores e normas ou estereótipos fortemente salientados no grupo, correspondendo a um registro normativo. A dimensão descritiva (medida pela Valência Descritiva ou Vd) corresponderia à ativação de características, fatos e eventos. Àquilo que define o objeto. Corresponde ao registro descritivo. Essas dimensões não se excluem mutuamente, pois o mesmo objeto pode ativar três, duas, uma ou nenhuma das dimensões da lembrança.

São feitas então relações entre os termos evocados pelos seis candidatos ao núcleo central (censura, tortura, ditadura, repressão, soldados e rigidez⁷). Basta então contar o número de conectores ativados por elemento e dividir esse número pelo número de conexões possíveis. O índice resultante desta análise, chamado de valência, nos dirá o tipo de dimensão privilegiadamente ativada em função do objeto de memória, nesse caso, o RM. Calcula-se da seguinte maneira para cada dimensão:

$$Vd = \frac{\textit{quantidade de conectores descritivos ativados}}{9 (\textit{n}^\circ \textit{de conectores descritivos}) \times \textit{n}^\circ \textit{de respostas associativas}}$$

$$Vp = \frac{\textit{quantidade de conectores práticos ativados}}{12 (\textit{n}^\circ \textit{de conectores práticos}) \times \textit{n}^\circ \textit{de respostas associativas}}$$

$$Va = \frac{\textit{quantidade de conectores avaliativos ativados}}{7 (\textit{n}^\circ \textit{de conectores avaliativos}) \times \textit{n}^\circ \textit{de respostas associativas}}$$

7 Os seis elementos escolhidos como candidatos ao núcleo central são os elementos que apareceram com forte frequência e baixa ordem de evocação durante a pesquisa exploratória realizada em 2010 com 55 sujeitos (conforme a Tabela 4). Convém ressaltar que estes resultados de 2010 confirmam dados já observados na pesquisa de Sá e colaboradores de 2008.

Calculamos a seguir o valor do lambda que nos indicará a centralidade de cada termo candidato ao NC através da seguinte fórmula:

$$\lambda = \frac{Vt \text{ (valência total)}}{(Va^2 + Vp^2)}$$

Sendo Vt a valência total (quantidade de conectores ativados sobre a quantidade de conectores possíveis de serem ativados). Vp corresponde à valência de conectores práticos (total de conectores práticos ativados sobre o total de conectores práticos ativáveis). Va corresponde à valência de conectores avaliativos (total de conectores avaliativos ativados sobre o total de conectores avaliativos ativáveis). A centralidade é constatada quando o lambda está entre 0.9 e 1.10 (Rouquette & Rateau, 1998)⁸.

RESULTADOS

Em relação aos resultados dos esquemas cognitivos de base, podemos ver que as valências totais mais altas (traduzindo uma maior conexão) são dos elementos Censura (0.44), Ditadura (0.46), Repressão (0.45) e Tortura (0.42). Por sua vez Rigidez e Forças Armadas têm valências abaixo das demais (respectivamente, 0.40 e 0.35). Quanto ao Lambda, conforme pode ser visto na Tabela 3, quatro termos (Censura, Ditadura, Repressão e Forças Armadas) tiveram um valor entre 0.9 e 1.1 e podem, em consequência, ser diagnosticados como centrais. Em contrapartida, os valores do Lambda para tortura e rigidez ficam acima de 1.1 e estes elementos não podem, segundo este índice, ser considerados centrais. Convém acrescentar que pelo fato de o elemento Forças Armadas ter uma conexão baixa (demonstrada pela Vt abaixo de 0.40) parece-nos importante ser cauteloso no diagnóstico de centralidade deste termo. Convém explicar esta cautela, uma das formas de se estudar a centralidade de um elemento é pela força que este se conecta aos outros elementos representacionais. A análise de similitude (Flament, 1994), por exemplo, estuda a conexão dos elementos e são considerados centrais aqueles que são próximos de muitos outros termos. Como Forças Armadas possui uma conexão baixa e não se relaciona com os outros elementos usando uma proporção alta de conectores, a despeito de ter o Lambda entre 0.9 e 1,1 não é possível afirmar, com tanta certeza, que é um elemento central.

8 A ideia por trás de um índice do lambda entre 0.9 e 1.1 é que há um equilíbrio entre as valências avaliativas e práticas. Caso uma das duas esteja sobre-ativada comparativamente à outra o lambda não ficará neste intervalo. Caso as duas valências tenham a mesma ativação o lambda será de 1.0.

Tabela 3
Resultados dos Esquemas Cognitivos de Base por Candidato ao Núcleo Central

Índice	Censura	Ditadura	Repressão	Rigidez	Forças Armadas	Tortura
Vd	0.34	0.44	0.46	0.39	0.30	0.44
Vp	0.46	0.49	0.42	0.36	0.30	0.38
Va	0.48	0.46	0.48	0.46	0.48	0.48
Vt	0.44	0.46	0.45	0.40	0.35	0.42
Lambda	1.02	1.03	1.10	1.15	1.07	1.14

Na Tabela 4 pode-se ver que 12 cognemas são potencialmente centrais na representação do Regime Militar. No fim, somente três elementos (Censura, Ditadura e Repressão) são estáveis diacronicamente e aparecem no quadrante central da análise prototípica publicado em 2009 (no entanto a coleta de Sá e colaboradores é de 2005), 2010 (da primeira coleta desta pesquisa) e 2011 (da segunda coleta, em conjunto com os SCB) ao mesmo tempo em que possuem uma estabilidade intertécnica e são confirmados no seu *status* pelo cálculo do Lambda a partir dos conectores do modelo SCB. Estes resultados nos levam a pensar, com relativa segurança, que o sentido do Regime Militar se faz em torno da ideia de que o objeto foi uma ditadura, repressiva e censuradora. É interessante notar que a própria estabilidade cronológica permitiu o questionamento do cognema “Forças Armadas” o que se confirma com a valência total baixa (0.35) nos esquemas cognitivos de base. A Tabela 4 pode servir como um indicador de probabilidade de centralidade, no sentido em que quanto mais vezes o elemento é diagnosticado como central, maior sua chance de, efetivamente, pertencer ao núcleo da representação. Ao seguir esta lógica podemos concluir que, num extremo, encontram-se os elementos “autoridade” e “rigidez” que só foram apontados uma vez como centrais. No outro extremo encontram-se os elementos já citados (Censura, Ditadura e Repressão) que possuíram estabilidade (tanto sincrônica quanto diacrônica) total. Os outros elementos são intermediários e quanto mais se aproximam da estabilidade central, mais provável que sejam centrais, e mais vale refletir sobre o *status* dos mesmos. No fundo o que apresentamos neste trabalho não exclui a possibilidade de elementos “fronteiriços”, no entanto reduz a quantidade dos mesmos e nos dá argumentos para uma escolha, entre deixar o elemento na periferia ou, ao contrário, inseri-lo no sistema central.

Tabela 4

Comparação dos Elementos Diagnosticados como Centrais em Função da Data e da Técnica Usada

Elementos do quadrante central na análise prototípica de Sá e colaboradores (2008) N=200 Ano 2005	Elementos do quadrante central na análise prototípica da pesquisa exploratória n=55 Ano 2010	Elementos do quadrante central na análise prototípica simultânea ao SCB n=120 Ano 2011	Lambda do SCB n=120 Ano 2011	Termos totalmente estáveis (sincrônica e diacrônica)
Censura	Censura	Censura	Censura	Censura
Ditadura	Ditadura	Ditadura	Ditadura	Ditadura
Forças Armadas	Forças armadas	X	Forças armadas	X
Repressão	Repressão	Repressão	Repressão	Repressão
Tortura	Tortura	X	X	X
Autoritarismo	X	Autoritarismo	X	X
Conflitos	X	X	X	X
Guerra	X	X	X	X
Mortes	X	Mortes	X	X
Opressão	X	Opressão	X	X
X	X	Autoridade	X	X
X	Rigidez	X	X	X

DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam como a temporalidade pode servir para compreendermos melhor a função de um elemento representacional. Estes elementos que se mantêm com o tempo devem ser estudados com cuidado. É possível pensar na representação social como algo em constante movimento, no entanto é difícil aceitar que a representação sofra constantemente mutações totais. Como visto nos resultados acima descritos, alguns elementos se diferenciam dos outros e esta diferenciação é estável. No fundo não há um consenso sobre as caracterís-

ticas mais importantes a serem estudadas para distinguir o elemento central do periférico. Por exemplo, a *mise-en-cause* ou técnica do questionamento (Moliner, 1989; Sá, 1996) mede somente o caráter necessário do elemento, ou cognema, para o reconhecimento do objeto dentro do grupo em questão. Por sua vez a análise prototípica estuda os cognemas a partir de duas dimensões da disponibilidade de verbalização: prontidão da evocação e frequência desta evocação na população estudada (Vergès, 1992; Wachelke e Wolter, 2011). Outras técnicas, como os esquemas cognitivos de base e a análise de similitude interessam-se pelo poder associativo e conexidade, ou seja, as relações dos elementos, traduzido por uma distância com os outros elementos ou uma quantidade de conectores ativados. Por sua vez, uma técnica denominada indução por cenário ambíguo (Moliner, 1993) avalia o grau de exclusividade que alguns elementos expressam como características de um objeto específico de representação social, em comparação com outras instâncias genéricas de objetos semelhantes mas distintos.

Se não há consenso sobre a característica mais importante para se estudar a centralidade, podemos nos questionar sobre a suficiência de uma característica como determinante da estrutura representacional. Em outros termos, uma única característica é suficiente para distinguir um elemento central de um elemento periférico? Responder de forma afirmativa a esta questão significaria que uma característica de centralidade é preditiva das outras pois nenhum autor imagina um elemento central possuir uma única característica. Por exemplo, quando um elemento é necessário para o reconhecimento do objeto logo ele terá uma alta conectividade com os outros elementos. De forma semelhante, quando um elemento é altamente ligado aos outros elementos representacionais ele será, naturalmente, absoluto e não questionável (segundo a *mise-en-cause*). Moliner (1994), em texto clássico, parece pender para essa resposta positiva, no sentido em que entende que valor simbólico (ou grau em que o elemento é necessário para o reconhecimento do objeto, como aferido pela *mise-en-cause*) e poder associativo (referente às valências do SCB) são características essenciais dos elementos centrais.

Por outro lado, se a resposta for negativa, significa que assumiríamos que um elemento pode possuir uma das características de centralidade sem, obrigatoriamente, possuir as outras. Os resultados, resumidos na Tabela 4, nos encaminham a responder de forma negativa. Em outros termos, é possível e até mesmo altamente provável, que um elemento possua uma característica de centralidade, como a consensualidade, sem possuir outra característica, como a conexidade. Daí decorre a importância, nos estudos da abordagem estrutural, de se estudar a estabilidade intertécnicas. Conforme descrevemos anteriormente, esta estabilidade intertécnicas corresponde a uma forma de *estabilidade sincrônica*. No entanto ela, a estabilidade intertécnicas, não é a única forma de estabilidade sincrônica

e o fato de não sofrer influência das variações de contextos de ativação do pensamento também traduzem esta forma de estabilidade. De certa forma é possível dizer que esta forma de estabilidade possui pelo menos dois aspectos: a resistência às contingências e a resistência às técnicas de estudo. Poderíamos afirmar, sem estar demasiadamente longe da realidade, que a variação de técnicas de estudo são também formas de variação de contexto e criam diferenças contingenciais. No entanto, resumir uma variação de técnica a contingências parece-nos redutor pois elas estudam aspectos representacionais distintos, conforme dito no parágrafo acima.

Outra forma de estabilidade aqui estudada é relativa ao tempo. Esta forma de estabilidade possui um grande interesse, a nível teórico, por ser extra-individual. É consenso que a representação social não pode ser compreendida na investigação de pensamentos individuais. Nenhum indivíduo é capaz, por si só, de nos fornecer a estrutura representacional pois esta é invariavelmente extra-individual. O máximo que podemos fazer é avaliar a influência de normas, valores e convenções sociais como referências para ações e crenças pessoais, especialmente quando essa influência se dá por meio de processos sócio-identitários (Wachelke, 2012).

Para ilustrar a natureza extra-individual da estrutura da representação social, podemos fazer um paralelo com a estrutura elementar da família, tal qual estudada por Lévi-Strauss (1958), nenhum indígena, nambikwara ou bororó, é capaz de fornecer a estrutura que rege a família em sua tribo ou nas outras tribos. De forma paralela, na psicologia genética de Piaget, nenhuma criança é capaz de desvendar a estrutura subjacente ao desenvolvimento humano pois a estrutura é por essência um artifício, fruto de uma lógica formal e abstrata. Esta lógica naturalista, onde a estrutura está presente e palpável, podendo se materializar frente ao pesquisador é uma ilusão bastante criticada por autores como Piaget (1968). Uma estrutura é fruto de uma formalização, de uma abstração, construída pelo pesquisador para se adequar ao fenômeno estudado. No caso de estudos do pensamento social, nenhum sujeito pode, com legitimidade, nos indicar a estrutura de pensamento de seu conjunto social pois seu pensamento faz parte do todo, mas de forma alguma é uma cópia conforme do todo. A lógica do pensamento social em geral, e da representação social em particular, corresponde a uma matriz de processos sociais que organizam a sociabilidade cotidiana (Rouquette, 2009; Wachelke, 2013b). Essa lógica tem origem no sentido da história da sociedade e da coletividade, e não pode ser compreendida exclusivamente com os indivíduos; por esta razão aspectos extra-individuais, como a estrutura da comunicação social (Moscovici, 1976; Rouquette, 1996), a estrutura das relações intergrupais e a evolução no tempo das ideias são importantes fatores a serem levados em conta no momento de se pensar a estruturação do pensamento social.

Por fim, o estudo do efeito do tempo no pensamento acerca de um objeto⁹ é feito a partir de um recorte temporal que se aproximaria de uma lupa, que pode trazer um olhar bem detalhado sobre um período curto, de alguns meses ou anos, até ao outro extremo onde a lupa serve para enxergar a evolução em décadas ou mesmo séculos. É possível fazer o paralelo com estudos de climatologia onde o pesquisador pode estudar a evolução da temperatura e das precipitações durante uma faixa de cinco ou dez anos ou, por outro lado, estudar a evolução durante séculos. Por certo as questões levantadas por estes dois diferentes focos não são as mesmas, logo as respostas obtidas pela pesquisa se distinguem.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994). *Pratiques e représentations sociales*. Paris: PUF.
- Codol, J. P. (1969). Note terminologique sur l'emploi de quelques expressions concernant les activités et processus cognitifs en psychologie sociale. *Bulletin de Psychologie*, 23(280), 63-71.
- Flament, C. (1987). Pratiques et représentations sociales. In J.-L. Beauvois, R. V. Joule, & J. M. Monteil (Eds.), *Perspectives cognitives et conduites sociales. Théories implicites et conflits cognitifs* (Tome 1, pp.143-150). Cousset: DelVal.
- Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J. C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.
- Flament, C., & Rouquette, M.-L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales*. Paris: Armand Colin.
- Gianordoli-Nascimento, I. F., Veloso, F. G., Silva, S. A., Cruz, J. P., & Oliveira, F. C. (2012). Memória histórica da ditadura militar brasileira. *Revista Psicologia e Saber Social*, 1(1), 103-119.
- Guimelli, C. (1989). Pratiques nouvelles et transformation sans rupture d'une représentation sociale. La représentation de la chasse et de la nature. In J.-L. Beauvois, R. V. Joule, & J. M. Monteil (Eds.), *Perspectives cognitives et conduites sociales* (Vol. 2) (pp. 117-138). Cousset: Del Val.
- Guimelli, C. (1994). La fonction d'infirmière: Pratiques et représentations sociales. In J. C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 83-107). Paris: PUF.
- Guimelli, C. (2003). Le modèle des schèmes cognitifs de base (SCB): Méthodes et applications. In J. C. Abric (Ed.), *Méthodes d'études des représentations sociales* (pp. 119-143). Saint Agne: Eres.
- Guimelli, C., & Rouquette, M. L. (1992). Contribution du modèle associatif des schèmes cognitifs de base à l'analyse structurale des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 196-202.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: Un domaine en expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Lévi-Strauss, C. (1958). *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- Lheureux, F., Rateau, P., & Guimelli, C. (2008). Hiérarchie structurale, conditionnalité et normativité des représentations sociales. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 77, 41-55.

9 Em última instância, para um melhor refinamento teórico convém distinguir a estabilidade de um elemento da estabilidade de um processo.

- Marková, I., & Orfali, B. (2004). Les groupes centrés (focus groups). *Bulletin de Psychologie*, 57(471), 231-328.
- Moliner, P. (1989). Validation expérimentale de l'hypothèse du noyau central des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 41(387), 759-762.
- Moliner, P. (1993). Cinq questions à propos des représentations sociales. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 20, 5-52.
- Moliner, P. (1994). Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 199-232). Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Moliner P. (2001). Formation et stabilisation des représentations sociales. In P. Moliner (Ed.), *La dynamique des représentations sociales* (pp. 15-41). Grenoble: PUG.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Oliveira, D. C. (2013). Construction and transformation of social representations of AIDS and implications for health care. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21, 276-286.
- Piaget, J. (1968). *Le structuralisme*. Paris: PUF.
- Rateau, P. (1995). Le noyau central des représentations sociales comme système hiérarchisé. Une étude sur la représentation du groupe. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 26(2), 29-52.
- Rouquette, M.-L. (1994). *Sur la connaissance des masses*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Rouquette, M.-L. (1996). *La communication sociale*. Paris: Dunod.
- Rouquette, M.-L. (2009). Introduction. In M.-L. Rouquette (Ed.), *La pensée sociale* (pp. 5-10). Toulouse: Érès.
- Rouquette, M.-L., & Rateau, P. (1998). *Introduction à l'étude des représentations sociales*. Grenoble: PUG.
- Sá, C. P. (1996). Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P., Castro, R. V., Möller, R. C., Perez, J. A., & Bezerra, F. C. (2008). A memória histórica do Regime Militar em três gerações: Conteúdos factuais e juízos críticos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(1), 36-51.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: Une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 203-209.
- Wachelke, J. (2012). Representations and social knowledge: An integrative effort through a normative structural perspective. *New Ideas in Psychology*, 30(2), 259-269.
- Wachelke, J. (2013a). Black and white or shades of grey? Comparing social representations centrality models. *Spanish Journal of Psychology*, 16, E33.
- Wachelke, J. (2013b). Beyond social representations: The conceptual bases of the structural approach on social thinking. *Interamerican Journal of Psychology*, 47(1), 131-138.
- Wachelke, J., & Wolter, R. P. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 521-526.
- Wolter, R. P., Sá, C. P. (2013). As relações entre representações e práticas: O caminho esquecido. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades*, 23(1-2), 87-105